



## **Nota Pública do Coletivo Transforma MP em defesa da Democracia, da Soberania Nacional e do Supremo Tribunal Federal**

**Sempre que se quis resolver um conflito que não fosse unicamente através da arbitrariedade ou do poder irracional, se exigiu a independência e a imparcialidade do julgador (ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Poder Judiciário – Crises, Acertos e Desacertos*).**

A defesa da Democracia não se faz no anonimato.

O Coletivo por um Ministério Público Transformador – Transforma MP, entidade associativa sem fins corporativos ou lucrativos, formada por integrantes do Ministério Público brasileiro engajados na luta pela democracia e cidadania, contra todas as formas de preconceito e discriminação vem manifestar-se diante das absurdas tentativas de interferência do governo dos EUA nas decisões do Poder Judiciário brasileiro.

Notoriamente usam seu vasto poder econômico para punir o Brasil, com sobretaxas injustificáveis, passíveis de gerar desemprego e recessão, caso não se encerre o julgamento do ex-presidente – que segue seu curso normal e respeitando as garantias processuais e constitucionais – após regular Denúncia apresentada pela Procuradoria Geral da República. Este ataque exige um firme movimento de resistência democrática em favor da soberania nacional, da independência dos três Poderes e, muito especialmente, do Supremo Tribunal Federal.

Nossa história já viu outras interferências espúrias por parte de governos estadunidenses que insistem em nos tratar e à América Latina como seu eterno “quintal”: *na Revolta da Armada, em 1893, navios da esquadra americana ameaçaram desembarcar tropas no Rio de Janeiro, sendo rechaçados pelo governo*



*federal, que declarou estar disposto ao combate; na Segunda Guerra havia plano para tomar o Nordeste brasileiro, caso o governo Vargas não lhe cedesse as bases necessárias para invasão da África e Itália (o Brasil lutou contra o nazifascismo e foi um dos poucos países do mundo a expulsar os militares estrangeiros de seu território); por fim, apoiando o golpe de 1964, a Operação “Brother Sam” manteve contingente naval a postos para invadir-nos, caso houvesse resistência armada em defesa do Presidente João Goulart.*

Hoje, vemos tudo se repetir. A gravíssima transposição dos limites

diplomáticos decorre do esboroamento da democracia iniciada com o fraudulento *impeachment* da Presidenta Dilma, ocasião em que parlamentares saudaram generais torturadores, passando pela bravata de fechamento do STF com “um soldado e um cabo”. Seguiram-se agressivas campanhas midiáticas e eleitoreiras, manipuladas por algoritmos e pelo impulsionamento de mídias digitais, compradas a peso de ouro. São sinais inequívocos de absoluto desrespeito às instituições democráticas como tática para a completa dominação do Legislativo, do Judiciário e do Executivo pela extrema-direita. Este processo precisa ser revertido.

Nesse cenário, a par da firme atuação no âmbito das suas atribuições, o Ministério Público tem o importante papel de conscientizar a população sobre graves consequências decorrentes de uma eventual subjugação do Poder Judiciário a forças externas que se apresentam em favor de determinado grupo político.

A CR/88 elegeu prioritariamente o MP para a especial tarefa de “defender o regime democrático”, conforme descrito em seu art. 127. Esta foi a opção política do legislador constituinte originário. Esta é sua missão primordial.



A história da Instituição demonstra que ela se fortalece nos períodos democráticos e, ao contrário, se apequena nos períodos autoritários, onde passa a figurar como um simples apêndice político. O Ministério Público brasileiro, tal como erigido pela CR/88, não faz o menor sentido num regime ditatorial.

Sendo assim, o Transforma MP vem se posicionar firmemente em favor do STF, do Poder Judiciário e da soberania nacional, ao mesmo tempo em que conclama a firme atuação que se espera das demais entidades representativas da categoria, iniciando um indispensável movimento de resistência e união entre os seus integrantes – resgatando a principiologia da Constituição Cidadã de 1988.

Embora sujeito a merecidas críticas, em especial pela destruição de garantias trabalhistas históricas, o STF neste momento precisa do apoio de todos os brasileiros.

Sem anistia aos fascistas. Sem tolerância com a subversão da realidade nas redes sociais. Sem concessões aos políticos de alma autoritária que se valem do cargo para solapar a democracia que a todos acolheu. Pela indispensável mobilização popular e democrática – como garantia ativa da autodeterminação dos povos.

Nestes termos, o TRANSFORMA MP, além da sociedade civil organizada, concita operadoras e operadores do direito, representantes associativos e especialmente as doulas pessoas integrantes dos colegiados diretivos do Sistema de Justiça, a reagirem e manifestarem-se institucionalmente em defesa da soberania nacional contra este ataque à pátria brasileira.